

EUA apuram fraude no mercado secundário da dívida

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Uma investigação da Justiça Federal em Nova Iorque está examinando denúncias, documentadas, de que um ex-funcionário do Security Pacific Bank e dois cúmplices, sócios de uma corretora estabelecida em Manhattan, a Fintech, teriam se enriquecido ilícitamente através de transações irregulares com papéis da dívida externa. Os negócios no mercado secundário, no valor de US\$ 416 milhões, envolveram títulos do Brasil, México, Argentina, Chile, Venezuela e Filipinas.

Com as operações, os três teriam abocanhado lucros pessoais de US\$ 25 milhões, segundo um relatório interno do Security Pacific datado de fevereiro de 1989 e obtido pelo *The Wall Street Journal* — que revelou, na primeira página de sua edição de ontem, a trama ou pelo menos o pouco que dela se sabe até agora. Os envolvidos são Antonio Angotti, californiano que trabalhava na unidade de mercado secundário do Security Pacific, e Jaime Montealegre e David Martinez, sócios na Fintech. Os três se conheceram em princípios da década passada, quando trabalhavam juntos no Citibank.

O próprio banco onde trabalhava Angotti repassou o relatório sobre as atividades de seu funcionário aos investigadores federais, que descobriram então que o grupo trabalhava a partir de um esquema ingênuo, que só poderia dar certo na bagunça geral que é o mercado secundário onde se negociam os títulos da dívida. Angotti vendia papéis detidos pelo seu banco à Fintech, diretamente ou através de intermediários, por preços abaixo dos que eram oferecidos pelo mercado.

Manobras — A Fintech, por sua vez, revendia os papéis da dívida em seu poder a preços de mercado. “A manobra, para dar certo, precisava de dois ingredientes”, conta uma fonte financeira de

Nova Iorque familiarizada com as investigações. “Primeiro, um mercado sem regulamentação e de poucos princípios como o mercado secundário. E, por fim, um mínimo de informação privilegiada, coisa aliás não muito difícil de se conseguir nesse mercado, onde os limites entre quem compra, quem vende e quem especula são sempre sombrios e carregados de conflitos de interesse”.

Foi graças a isso que a Fintech e Angotti, caso o relatório do Security Pacific contra seu ex-funcionário se prove correto — as investigações federais ainda não foram concluídas —, conseguiam seus lucros ilícitos. Em novembro de 1988, por exemplo, sabedor de que seu banco receberia uma oferta de 22,5 centavos por cada dólar de um lote de US\$ 23, 9 milhões de papéis da dívida argentina em seu poder, Angotti rapidamente vendeu o que detinha a Fintech por 22 centavos, dias depois repassados aos interessados por meio centavo de dólar mais caro.

O esquema também funcionou no caso de US\$ 16 bilhões de dívidas da Venezuela, vendidos à Fintech por Angotti por 38 centavos em outubro de 88, pouco antes de o preço do papel pular para 41 centavos de dólar. Em outras ocasiões, Angotti nem teria se dado ao trabalho de pegar informações privilegiadas para lucrar de modo ilícito. Aproveitando-se da falta de vigilância com que operava, ele simplesmente elegia a Fintech como intermediária de transações no secundário com o Security Pacific.

Deste modo, em meados de 88, depois de descobrir que o papel da dívida brasileira sofreria pesada desvalorização, porque o país estava prestes a declarar uma moratória branca — isto é, com o acordo dos credores —, e que muitos dos bancos que os detinham planejavam ou vendê-los ou trocá-los por outros papéis da dívida, Angotti despejou na mão da Fintech, a preço de mercado, US\$ 120 milhões de dívida

mexicana. Logo depois, os títulos mexicanos foram trocados com o Swiss Bank por um lote de papel da dívida brasileira de US\$ 80 milhões e mais a diferença em dinheiro.

Instituição — Embora o mercado secundário para papéis de devedores seja uma velha instituição nos Estados Unidos, os bancos recorrem a ele há muito tempo para recuperar algum dinheiro em empréstimos de retorno duvidoso — vendendo a credores mais pacientes ou menos apertados os papéis de dívidas relativas a qualquer tipo de empréstimo, para compra de carros, imóveis ou financiamento de operações. Só recentemente, o secundário passou a negociar papéis da dívida externa do Terceiro Mundo.

O seu funcionamento é simples. O dono de uma dívida considerada arriscada tenta repassá-la a terceiros com um desconto por cada dólar envolvido no débito original. A comercialização dos papéis da dívida externa do Terceiro Mundo começou a ser feita em 1987, quando o Citibank levou US\$ 3 bilhões de seu portfólio de débitos de países em desenvolvimento ao secundário. Outros bancos e corretoras seguiram a manobra do concorrente e, em pouco tempo, o mercado de papéis da dívida estava institucionalizado.

No secundário, não existe liderança definida, nem regras, nem responsabilidades. Seus jogadores podem tanto ser venerandas instituições financeiras como sombrias corretoras ou indivíduos, baseados no estrangeiro e portando ao largo do braço da lei americana.

Vigilância — O México, por exemplo, vem pedindo a Washington mais vigilância sobre suas atividades, e por duas razões. A primeira é que seu governo suspeita que pelas frestas das relaxadas regras do secundário, alguns mexicanos, com o auxílio de agentes financeiros baseados nos Estados Unidos, conseguem retirar capital daquele país e evadir impostos. A segunda é que, desde sua última renegociação, o

México passou a levar alguns lotes de seu portfólio de débitos ao secundário e não quer ver seu governo metido na confusão geral e suspeita que cerca suas operações.

“O Brasil também vai ter que voltar a esta questão”, lembra importante fonte financeira da capital americana. Acontece que esse mercado também é motivo de preocupação para o governo brasileiro. Há dois meses, por exemplo, ao se sentar com os banqueiros para iniciar a renegociação, a delegação brasileira descobriu que o Brasil devia alguns bilhões de dólares a menos do que os US\$ 60 bilhões então aventados. “Haviam ocorrido muitas operações de conversões informais de dívida, que não tinham passado pelo Banco Central”, lembra uma pessoa próxima às negociações. Conversão informal é um eufemismo que designa uma operação pela qual um dono de lote de papéis de dívida troca seu prejuízo por investimentos numa empresa no país. O dinheiro, na maioria das vezes, nem chega à companhia. É tudo uma transação de papel, que livra vendedor de uma dívida que nunca vai ser paga e, no caso da firma, a permite fazer desde o envio de dinheiro ao exterior até conseguir linhas futuras de crédito.

“Angotti é apenas o primeiro a ser pego. Mas não é o único a agir assim”, diz a mesma pessoa. A advogada de Angotti, Rita Hauser, rejeita qualquer noção de que seu cliente tenha se envolvido em transações ilegais. “Ele não cometeu nenhum crime”, limita-se a dizer, para depois invocar o silêncio. A boca fechada também caracteriza os outros envolvidos no caso, como o Security Pacific, a Fintech, o Swiss Bank e NMB, banco holandês, todos citados na investigação federal. Entre os que acompanham o mercado secundário, existe uma esperança de que isto sirva como um primeiro passo na sua regulamentação, embora existam dúvidas quanto a esta possibilidade.



□ O presidente Fernando Collor recebeu ontem às 15h40 em seu gabinete no Palácio do Planalto os banqueiros americanos David Rockefeller (acenando na foto), ex-presidente do Chase Manhattan — segundo maior credor privado do Brasil — e Thomas Labrecque, atual presidente. Os investimentos do Chase no país chegam a US\$ 100 milhões. Labrecque foi recebi-

do no final da tarde pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e jantou com o embaixador americano, Richard Melton, e empresários brasileiros, como Guilherme Frering, do Grupo Caeme, Jorge Gerdau e o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Hoje, às 10h, Rockefeller e Labrecque conversarão com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris

Brasília — João Ramid